



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

DISSONÂNCIAS ENTRE O PNLL E O ODS 4 DA AGENDA 2030 INVIABILIZAM A PROMOÇÃO SUSTENTÁVEL DA LEITURA

DISSONANCES BETWEEN THE BRAZILIAN NATIONAL PLAN ON THE BOOK AND READING PROMOTION AND SGD 4 OF THE 2030 AGENDA MAKE SUSTAINABLE READING PROMOTION IMPRACTICABLE

Everton da Silva Camillo - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Claudio Marcondes de Castro Filho - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A pesquisa parte do pressuposto de que o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) é uma política pública relevante para auxiliar na consecução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, objetivou-se dimensionar as relações existentes entre o conteúdo dos objetivos do PNLL e o das metas do ODS 4. A investigação se inicia com duas hipóteses, sendo a nula (H_0) e a alternativa (H_1). Aplicou-se a técnica de pesquisa de análise categorial do método Análise de Conteúdo. As hipóteses foram testadas ao se aplicar o teste de qui-quadrado. Obteve-se como resultado que a H_1 não foi rejeitada. Verificou-se que o conteúdo dos objetivos do PNLL convergentes com o das metas do ODS 4 resume-se a pouco mais de 4% do total das 22 unidades de registro (UR) da pesquisa. Por outro lado, o conteúdo dos objetivos do PNLL que não se relaciona com o das metas do ODS 4 soma uma maioria significativa correspondente a pouco mais de 95% do total das 22 UR. Assim, constatou-se haver dissonâncias significativas entre o conteúdo dos objetivos do PNLL e o das metas do ODS 4. As convergências, por sua vez, são ínfimas e pouco caracterizam o movimento do PNLL rumo ao desenvolvimento sustentável com vistas à educação de qualidade como consta na Agenda 2030. Conclui que o PNLL não se apresenta como uma política pública inovadora de promoção da leitura ante aos anseios para se atingir o efetivo desenvolvimento sustentável nas sociedades na atualidade.

Palavras-chave: política pública; promoção da leitura; desenvolvimento sustentável.

Abstract: The research is based on the assumption that the Brazilian National Plan on the Book and Reading Promotion is a relevant policy to assist in achieving the United Nations (UN) Sustainable Development Goal (SDG) 4 of the 2030 Agenda. Hence, the research aimed to dimension the existing relations between the content of the goals of the National Plan on the Book and Reading Promotion and the content of the ones of the SDG 4. The investigation starts from two hypotheses, being the null (H_0) and the alternative (H_1) one. The Categorical Content Analysis research technique of the Content Analysis method was applied. The hypotheses were tested by applying the Chi-square test. The research findings assert that H_1 was not rejected. Moreover, the converging goals of the National Plan on the Book and Reading Promotion with the content of the SDG 4 sum around 4% of the total of the 22 record units (RUs). In contrast, the content of the goals of the National Plan on the Book and Reading Promotion that are not related to the goals of the SDG 4 count a significant majority corresponding to

around 95% of the RUs. There are significant dissonances between the content of the National Plan on the Book and Reading Promotion objectives and the SDG 4 goal ones. The convergences, in turn, are negligible and poorly characterize the National Plan on the Book and Reading Promotion movement towards sustainable development with a view to quality education as one can perceive it in the 2030 Agenda. The paper concludes that the National Plan on the Book and Reading Promotion does not present an innovative approach for reading promotion policies aiming the sustainable development in the background as wished at present.

Keywords: public policy; reading promotion; sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais políticas públicas do livro e leitura no Brasil é o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que foi elaborado pelos Ministérios da Educação e da Cultura em 2006 no país (BRASIL, 2006). O documento consiste numa política pública que perspectiva o desenvolvimento social e da cidadania, assim como transformações na sociedade brasileira visando à construção de um projeto de nação baseado na organização social justa (BRASIL, 2006; MANEVY, 2010). Sua última atualização ocorreu em 2014, cujas alterações não são substanciais.

No âmbito de pesquisas no campo das políticas públicas do livro e leitura, Camillo e Castro Filho (2019a) divulgaram alguns estudos mais recentemente. Os pesquisadores apresentaram o resultado de uma pesquisa conduzida em 2019 cujo objetivo foi verificar aderências entre políticas públicas do livro e leitura do Brasil e Chile e as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, de educação de qualidade, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Ainda no mesmo período, outro resultado foi divulgado, apresentando, contudo, as convergências existentes entre a recém sancionada Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) ou Lei nº 13.696 de 12 de julho de 2018 e aquele mesmo ODS (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2019b).

Embora os autores tenham publicado resultados de convergências e divergências entre políticas públicas do livro e leitura e o ODS 4, tais estudos carecem de explicações melhor elaboradas acerca da medida das confluências e divergências entre ambas as instâncias, isto é, políticas públicas do livro e leitura e ODS 4. Isso se deveu, principalmente, pelas pesquisas conduzidas anteriormente serem de natureza qualitativa, cuja possibilidade de verificação de correlações entre as variáveis, isso do ponto de vista matemático, era praticamente nula devido aos procedimentos metodológicos adotados.

Esta pesquisa, no entanto, busca a assertividade tanto qualitativa quanto quantitativa para explorar o conteúdo do PNLL. Recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento,

este estudo parte do pressuposto de que o PNLL é uma política pública relevante para auxiliar na consecução do ODS 4 no Brasil, dado a sua dimensão voltada à emancipação das pessoas pontualmente no que se refere a elas adquirirem o hábito de ler.

Entretanto, questiona-se se o conteúdo dos objetivos do PNLL se alinha ao das metas do ODS 4 da Agenda 2030 da ONU. Assim, apresentada a construção do problema da pesquisa, este se traduz na seguinte questão: o conteúdo dos objetivos do PNLL se relaciona significativamente com o das metas do ODS 4 da Agenda 2030?

De antemão, esta pesquisa tem como resposta a esse questionamento duas hipóteses que serão investigadas, sendo a nula (H_0) e a alternativa (H_1), vistas a seguir:

- H_0 : Sim, o conteúdo dos objetivos do PNLL se relaciona significativamente com o das metas do ODS 4 da Agenda 2030.
- H_1 : Não, o conteúdo dos objetivos do PNLL não se relaciona significativamente com o das metas do ODS 4 da Agenda 2030.

Esta pesquisa se justifica pelos subsídios que pode oferecer aos representantes governamentais de alto nível do Brasil, como ministro e secretários da educação, sobre as lacunas existentes na área da educação para efetivamente atingir níveis mais elevados de educação de qualidade voltada ao desenvolvimento sustentável em programas e políticas públicas da área da educação, sobretudo as do livro e leitura.

Deste modo, objetivou-se dimensionar as relações existentes entre o conteúdo dos objetivos do PNLL e o das metas do ODS 4 da Agenda 2030. Para tanto, caracterizou-se, primeiro, o ODS 4 e suas metas no âmbito da Agenda 2030 e, depois, analisou-se o conteúdo das metas no PNLL ante ao das metas daquele ODS.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem abordagem quali quantitativa. Isso sugere que pelo viés qualitativo procurou-se compreender fenômenos, significados e características e, pelo quantitativo, produzir medidas quantificáveis sobre os mesmos (RICHARDSON, 2012).

O estudo realizado é de nível exploratório. Já o seu delineamento é documental. As pesquisas exploratórias são comumente realizadas nas áreas onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, tal como compreende Vergara (2000). No que diz respeito ao delineamento da pesquisa, fica esclarecido, à luz de Gil (2008), que os documentos primários são fontes investigáveis e estão isentos da análise de terceiros.

O método de pesquisa empregado no estudo foi a Análise de Conteúdo (AC). Bardin (2016) explica que a AC é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Elas visam à descrição do conteúdo das mensagens por meio de indicadores. No âmbito desse método existe as unidades de registro (UR). Elas significam “[...] a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2016, p. 134). Nesta pesquisa, o total de UR corresponde a 22, que são os objetivos encontrados no PNLL.

Este estudo recorreu à técnica de análise categorial da AC, que, segundo Bardin (2016, p. 147), consiste na “[...] divisão das componentes das mensagens analisadas em rubricas ou categorias”. As categorias foram atribuídas à pesquisa após a “leitura flutuante” (BARDIN, 2016) do PNLL. Depois, elas foram divididas em dois grupos: as relacionadas ao ODS 4 e as não relacionadas a ele. Os dois grupos são vistos a seguir, no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias relacionadas e não relacionadas ao ODS 4 da Agenda 2030.

Categorias não relacionadas ao ODS 4	Categorias relacionadas ao ODS 4
Desenvolvimento social	Aprendizagem significativa
Desenvolvimento em leitura	Desenvolvimento educativo
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Educação técnica, profissional e superior
Parcerias institucionais	Habilidades e competências técnicas
Complexidade na promoção da leitura	Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Alfabetização e conhecimento de matemática
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Desenvolvimento sustentável sistêmico
Implementação de políticas públicas	Segurança de gênero
Gestão da educação	Oferta de bolsas de estudo
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Formação e qualificação de professores
Usuários da informação	
Pesquisa	
Reconhecimento	
Economia do livro	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Testou-se as hipóteses da pesquisa por meio do teste de qui-quadrado. Fonseca e Martins (2011, p. 89) esclarecem que ele é um “[...] modelo de distribuição contínua muito importante para a teoria da inferência estatística”. Ele é realizado com a finalidade de verificar se há ajustamento entre as frequências observadas e as esperadas.

As frequências observadas correspondem ao código O_i e as esperadas, ao E_i . Assim, verifica-se se as discrepâncias percebidas são devido ao acaso ou se há uma diferença

significativa entre elas (FONSECA; MARTINS, 2011). A fórmula para a obtenção do valor do qui-quadrado (χ^2) é a seguinte:

$$\chi^2 = \sum_i \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i}$$

O teste de hipóteses com a distribuição qui-quadrado exige a determinação de alguns valores. O primeiro deles é o nível alfa (α) de significância. Nesta pesquisa, ele foi ajustado em 0,05 ou 5%. Isso significa que houve 5% de chances para se cometer o Erro tipo I durante a execução do teste, que é quando se rejeita a H_0 dado que ela é verdadeira (FONSECA; MARTINS, 2011). Esse nível varia comumente entre 0,01 (1%) e 0,05 (5%), sendo o último o valor mais utilizado nos testes de hipótese. Ele é determinado pelo próprio pesquisador de acordo com a margem de erro que se deseja permitir na pesquisa.

Em seguida, há os graus de liberdade da equação. Eles são entendidos como o “parâmetro da função densidade”, que nada mais é que um estimador do número de categorias independentes existentes no teste.

O valor do grau de liberdade é estabelecido anteriormente ao teste, e isso ocorre ao se consultar uma tabela de distribuição de qui-quadrado. As tabelas são facilmente encontradas nos livros de estatística. Neste caso, recorreu-se à obra de Morettin e Bussab (2010). O grau de liberdade aplicado neste teste foi, portanto, o equivalente a 1.

O gráfico do teste foi gerado por meio da aplicação para computador chamada G*Power. Nela, recorreu-se ao teste estatístico denominado *goodness-of-fit*, ou teste de aderência em língua portuguesa. Os dados de *input*, ou entrada, inseridos na aplicação foram o grau de liberdade, o tamanho da amostra, que é correspondente a 22 por se tratar do total de UR, e o nível α de significância.

3 PERCEBENDO O ODS 4 NO ÂMBITO DA AGENDA 2030

A Agenda 2030 constitui um programa que foi firmado entre os vários chefes de Estado no decorrer de uma conferência de cúpula da ONU realizada em Nova Iorque, nos Estados Unidos, entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015 (BARBIERI, 2020).

Essa agenda, que pode ser concebida como uma macro política de cunho multilateral da ONU, foi revelada como detentora de 17 objetivos que visam ao desenvolvimento

sustentável, e por isso foram nomeados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Amplamente conhecidos na atualidade, os ODS atuam cada um num nicho específico da sociedade, enfocando o meio ambiente, as instituições e as pessoas. Eles são demonstrados na Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Os 17 ODS da Agenda 2030.



Fonte: <https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/>.

No entanto, a Agenda 2030 não se resume a um marco primário da ONU para contornar questões ligadas ao planeta, às instituições e às pessoas. No ano 2000, o órgão lançou os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que, como bem refletiu Castro Filho (2018), objetivavam a melhoria da vida dos seres humanos e das condições sociais, culturais, econômicas e educacionais no mundo. Apesar dos ODM terem sido formalmente encerrados no final de 2015, foi nesse tempo que eles incorporaram a Agenda 2030 e se expandiram nela, constituindo, portanto, as bases desta (CASTRO FILHO, 2018).

No âmbito da Agenda 2030, o ODS 4, nomeado como “educação de qualidade”, muito interessa a esta pesquisa. Isso se deve às oportunidades que ele confere para problematizar inúmeros fenômenos no campo da educação. Tanto é que seu objetivo consiste em “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021, não paginado).

Nesse ODS, as metas somam 10 e caracterizam inúmeras ações para que o Governo dos três níveis no país desempenhe ações resolutivas local e amplamente. Sendo assim, as

metas do ODS 4 (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021, não paginado) são as seguintes: (a) Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes; (b) Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário; (c) Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade; (d) Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo; (e) Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade; (f) Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática; (g) Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável; (h) Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos; (i) Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento; e (j) Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

As metas para a educação de qualidade sob os auspícios do Desenvolvimento Sustentável conformam oportunidades para a ação conjunta num contexto complexo, em que inovar em práticas torna-se o grande gargalo para a resolução de problemas sociais relevantes. Boeren (2019) destacou que dentre os ODS da Agenda 2030, o que trata da educação de qualidade é o mais profícuo, dado que tudo perpassa pela dimensão da educação. A autora ainda infere que a educação pode agir como um motor no que tange ao desenvolvimento da sociedade de modos igualitário e coeso, sendo que isso vai ao encontro do que foi considerado por Boccanfuso, Larouche e Trandafir (2015), quando compreenderam que a educação é um tópico crucial no que diz respeito a desenvolver social e economicamente um país.

Portanto, o ODS 4 e a Agenda 2030 oportunizam reflexões nos distintos domínios, tendo-se como premissa que a educação pode ser encarada como mola propulsora para outros feitos sociais. Além disso, garantir uma educação inclusiva e equitativa às pessoas, e ainda promover a aprendizagem ao longo da vida para todos, são ambições que se alinham à conjuntura de nações que tomaram para si a educação de qualidade voltada ao Desenvolvimento Sustentável como um dos novos nortes para os desenvolvimentos social e econômico.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

O resultado obtido neste processo investigativo iniciou-se com a obtenção do valor do χ^2 para determinar a rejeição ou não da H_0 . A Tabela 1, na sequência, demonstra a resolução da estatística do teste.

Tabela 1- Qui-quadrado da estatística do teste para o PNLL.

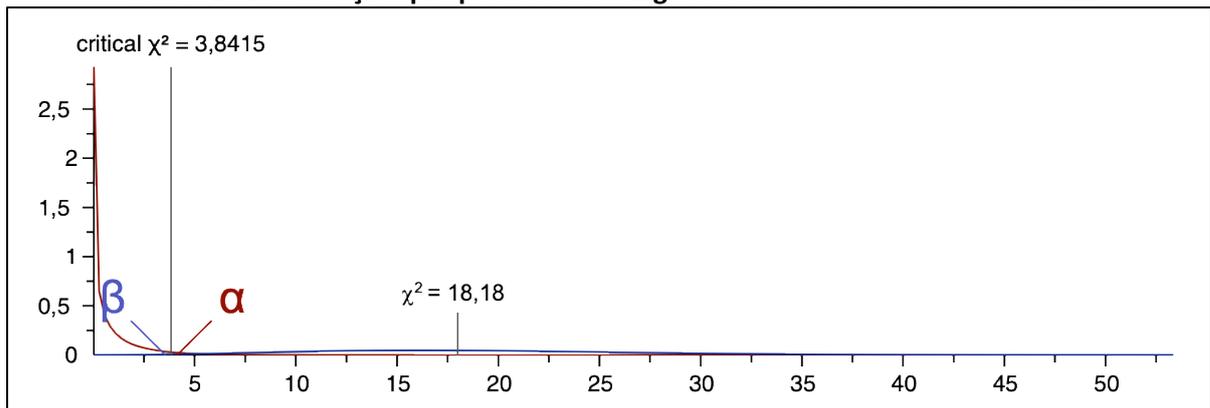
	O_i	E_i	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H_1	21	11	10	100	9,09
H_0	1	11	-10	100	9,09
TOTAL	22	22			18,18

Fonte: Elaborada pelos autores.

A estatística do teste foi calculada em 18,18, valor consideravelmente maior que o do χ^2 crítico, ou *critical* χ^2 em inglês, como será visto adiante no Gráfico 1. O valor do χ^2 crítico corresponde a 3,8415, e ele consiste no valor que delimita a rejeição ou não da H_0 . Ele é oriundo da tabela de graus de liberdade.

Na sequência, o Gráfico 1 evidencia que o valor da estatística do teste recaiu sobre a sua região crítica (α) e não sobre a região de poder do teste (β). Sabe-se que quando o valor estatístico calculado se repousa sobre a primeira região, o pesquisador tem anuência para rejeitar a H_0 , enquanto que se o mesmo valor recair sobre a segunda, ocorre o inverso, isto é, a não rejeição da H_0 .

Gráfico 1 - Distribuição qui-quadrada com 1 grau de liberdade referente ao PNLL.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, devido ao resultado do teste e sua alocação na região α , rejeitou-se a H_0 . Entende-se que ao rejeitá-la não se rejeita, portanto, a H_1 . Logo, compreende-se que não se rejeitou a hipótese de que o conteúdo dos objetivos do PNLL não se relaciona significativamente com o das metas do ODS 4, que é a proposição presente na hipótese alternativa.

Agora no mote da análise de conteúdo, apenas uma UR converge com o conteúdo das metas do ODS 4, e isso corresponde a 4,76% do total de 22 UR do PNLL. A única UR alinhada ao ODS 4 foi categorizada em “Oferta de bolsas de estudo”, e ela é vista a seguir:

- Incentivar e fomentar programas de boas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias nacionais e internacionais.

Portanto, é possível inferir que o conteúdo dos objetivos do PNLL convergentes com o das metas do ODS 4 resume-se a pouco mais de 4% do total das 22 UR da pesquisa. Assim, esse percentual diz respeito a apenas um objetivo do PNLL que convergiu com a seguinte meta daquele ODS:

- Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da

comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021, não paginado).

Diante disso, compreende-se que, apesar de se refletir sobre as lacunas existentes na área da educação para atingir níveis mais elevados de educação de qualidade no país por meio de políticas públicas inovadoras, o nível de alinhamento do PNLL com o ODS 4 da Agenda 2030 é insuficiente para que se recorra ao primeiro visando transformações inovadoras e contundentes no Brasil sob os auspícios do desenvolvimento sustentável. Isso incita a conclusão de que o PNLL não se apresenta como uma política pública inovadora de promoção da leitura ante aos anseios de atingimento do ideal de desenvolvimento sustentável nas sociedades na atualidade.

De outro lado, as demais 21 UR, que não convergem com o conteúdo das metas do ODS 4, dizem respeito a 95,24% do total das UR do PNLL. Elas foram alocadas em oito categorias distintas, a saber: Desenvolvimento social; Equipamentos de informação, sebos e livrarias; Leitura, escrita, oralidade e identidade; Implementação de políticas públicas; Capacitação bibliotecária e de outros profissionais; Pesquisa; Reconhecimento; e Economia do livro.

Quatro UR foram categorizadas em “Desenvolvimento social” e são vistas na devida ordem:

- Contribuir para a formação de leitores autônomos, buscando, de maneira continuada, substantivo aumento do índice nacional de leitura e do nível qualitativo das leituras realizadas, considerando os diferentes públicos.
- Assegurar o acesso à leitura e à informação a todas as pessoas com deficiência, conforme a legislação brasileira;
- Assegurar o acesso à leitura e à informação a todos os brasileiros, com especial atenção às minorias, grupos étnicos, tradicionais, entre outros, conforme a legislação brasileira;
- Incentivar e fomentar a constituição de acervos que garantam a produção local, territorial e nacional, que preservem a memória e contribuam para o entendimento da diversidade cultural brasileira.

Na categoria “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” houve três UR. Elas são:

- Assegurar a implantação, modernização e qualificação de espaços, instalações e equipamentos, bem como a formação e desenvolvimento de acervos, de modo a garantir serviços de qualidade em bibliotecas escolares e nas de acesso público nos municípios brasileiros;
- Incentivar e fomentar a criação, manutenção, modernização e expansão permanente de bibliotecas e espaços de leitura e de convivência e promoção literária, considerando a acessibilidade e a diversidade física, geográfica, arquitetônica e cultural brasileira;

- Incentivar e fomentar a criação e manutenção de livrarias no País.

A categoria “Leitura, escrita, oralidade e identidade” dispõe de apenas uma UR, que é esta:

- Apoiar eventos de promoção e circulação do livro e da leitura, como feiras de livros e eventos literários, por exemplo.

A seguinte categoria “Implementação de políticas públicas” também teve apenas uma UR vinculada a si. Ela é a seguinte:

- Incentivar e fomentar a criação, a implementação e a institucionalização dos planos estaduais e municipais do livro e leitura.

Uma UR foi classificada na categoria “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais”, e seu conteúdo é este:

- Fomentar a formação continuada e o intercâmbio de gestores públicos, professores, bibliotecários, mediadores e agentes de leitura, contribuindo para o compartilhamento de experiências, uso e aplicação de tecnologias sociais para a promoção da leitura e o acesso à informação.

Na categoria “Pesquisa” há quatro UR, que são vistas a seguir:

- Apoiar e realizar pesquisas em âmbito nacional, regional e local, que identifiquem as práticas e capacidades de leitura, relacionando-as com indicadores sociais, educacionais, culturais e econômicos, compreendendo a leitura como vetor estratégico para o desenvolvimento;
- Fomentar e implementar núcleos voltados à produção de estudos, pesquisas e indicadores nas áreas da leitura, da biblioteca e do livro em universidades e outras instituições;
- Identificar, cadastrar, monitorar e disponibilizar informações atualizadas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas com vistas à qualificação das políticas públicas para a área;
- Mapear, cadastrar e acompanhar continuamente livrarias, pontos de venda e demais ações de comercialização de livros e outras publicações em diferentes formatos e suportes de leitura.

A categoria “Reconhecimento” detém apenas uma UR, que diz o seguinte:

- Conceder prêmios de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura.

Por último, há na categoria “Economia do livro” seis UR. Elas são:

- Incentivar e fomentar a produção, publicação, circulação, distribuição e comercialização de livros e outras publicações nacionais em seus diferentes formatos e suportes, atendendo também as expressões da bibliodiversidade e memória brasileira, buscando o aumento de títulos editados e impressos no País;
- Incentivar e fomentar a informatização de catálogos online, com vistas a dar visibilidade da bibliodiversidade, da produção editorial brasileira e

- ampliar o acesso aos registros bibliográficos dos acervos das bibliotecas do País, fomentando a cooperação entre elas e o estabelecimento de sistemas e redes de informação e leitura locais, territoriais e nacionais;
- Incentivar e fomentar a produção e a distribuição de publicações de circulação gratuita, em diferentes suportes e/ou formatos em todo o território nacional;
 - Fomentar a exportação de livros e o número de autores brasileiros traduzidos no exterior;
 - Incentivar e fomentar o debate sobre a utilização de cópias não restritivas (copyleft e creative commons), que garantam os direitos de autor e contemplem os direitos de socialização e acesso à cultura escrita;
 - Fomentar e apoiar a formação e qualificação profissional dos atores que compõem a cadeia produtiva e criativa do livro.

O destrinchar das categorias com conteúdo não relacionado ao ODS 4 possibilitou a compreensão acerca das reais aderências entre o PNLL e esse ODS. Deste modo, o conteúdo dos objetivos do PNLL que não se relaciona com o das metas do ODS 4 soma uma maioria significativa correspondente a pouco mais de 95% do total das UR. Já o seu conteúdo, no que lhe diz respeito, trata de distintos assuntos arrolados a oito categorias da pesquisa.

No âmbito das oito categorias a que o PNLL diz respeito na pesquisa, seu conteúdo não relacionado ao das metas do ODS 4 resume-se no seguinte: (a) formar leitores autônomos; (b) preservar a memória local por meio de acervos e produções culturais locais; (c) proporcionar o acesso à leitura e à informação por pessoas com deficiência, por minorias sociais e grupos étnicos e tradicionais; (d) garantir a existência de livrarias no país e serviços de qualidade em bibliotecas; (e) investir na construção de espaços de leitura e promoção literária; (f) apoiar eventos de promoção e circulação de livros; (g) intercambiar profissionais da Gestão Pública e das áreas da educação e cultura; (h) realizar pesquisas nos vários âmbitos nacionais para identificar práticas de leitura; (i) fomentar pesquisas e indicadores que evidenciem dados nas áreas da leitura, do livro e das bibliotecas; (j) disponibilizar informações atualizadas para qualificar políticas públicas do livro e leitura; (k) mapear as ações das livrarias e demais pontos de comercialização de livros.

Outros conteúdos são estes: (l) conceder prêmios de reconhecimento a projetos de incentivo à leitura; (m) incentivar a produção e publicação de livros nos diferentes formatos no Brasil; (n) conferir visibilidade à bibliodiversidade e demais produções intelectuais brasileiras no país e fora dele; (o) fomentar o debate sobre cópias não restritivas que garantam o direito dos autores; e (p) desenvolver os profissionais que atuam na cadeia do livro. Desta forma, entende-se que o nível de alinhamento do PNLL com outros assuntos não diretamente

relacionados ao ODS 4 da Agenda 2030 é significativo e revela demandas habituais, comumente vistas, na promoção da leitura, e não necessariamente demarca inovação ao promovê-la no Brasil no que se refere ao desenvolvimento sustentável.

A complexidade que permeia as sociedades hodiernamente tem inúmeras raízes e enovelam-se em nichos específicos e identificáveis. Um deles é o da Educação, uma área que contribui com práticas relevantes para enfrentar complexidades na sociedade.

Nesse sentido, acredita-se que haver maior engajamento relacionado à ideia de educação de qualidade, como consta no ODS 4 da Agenda 2030, no contexto do PNLL, favoreça a promoção da leitura no âmbito das tendências em inovação para o meio social brasileiro, tendo-se a expectativa de que isso incorpore um conjunto de práticas orientadas tanto à resolução de problemas sociais quanto ao desenvolvimento sustentável concomitantemente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo dimensionar as relações existentes entre o conteúdo dos objetivos do PNLL e o das metas do ODS 4 da Agenda 2030. Ao seu final, considerou-se que o objetivo proposto foi atingido.

A pesquisa partiu de duas hipóteses, sendo a nula e a alternativa. A primeira foi rejeitada, o que possibilitou não rejeitar a proposição alternativa, de que o conteúdo dos objetivos do PNLL não se relaciona significativamente com o das metas do ODS 4.

Para culminar nessa inferência foi necessário, antes de analisar o conteúdo dos objetivos do PNLL e relacioná-los ao das metas do ODS 4, caracterizar este e suas metas no âmbito da Agenda 2030, um programa multilateral da ONU.

Como resultado da pesquisa, foi demonstrado que o conteúdo dos objetivos do PNLL convergentes com o das metas do ODS 4 resume-se a pouco mais de 4% do total de 22 UR da pesquisa, sendo que ele diz respeito, sobretudo, a ofertar de bolsas de estudo às pessoas. Por outro lado, o conteúdo dos objetivos do PNLL que não se relaciona com o das metas do ODS 4 soma um valor significativo de pouco mais de 95% do total das 22 UR.

O conteúdo relacionado a esse nicho trata temática e principalmente do seguinte: (a) desenvolvimento social; (b) equipamentos de informação, sebos e livrarias; (c) leitura, escrita, oralidade e identidade; implementação de políticas públicas; (d) capacitação bibliotecária e de outros profissionais; (e) pesquisa; (f) reconhecimento no âmbito da promoção do livro e leitura; e (g) desenvolvimento da economia do livro no país.

Assim, devido à pesquisa empírica realizada, constatou-se haver dissonâncias significativas entre o conteúdo dos objetivos do PNLL e o das metas do ODS 4. As convergências, por sua vez, são ínfimas e pouco caracterizam o movimento do PNLL rumo ao desenvolvimento sustentável com vistas à educação de qualidade como consta na Agenda 2030.

Desta maneira, a pesquisa conclui que o PNLL não se apresenta como uma política pública inovadora de promoção da leitura ante aos anseios para se atingir o efetivo desenvolvimento sustentável nas sociedades na atualidade. Portanto, o resultado desta pesquisa encoraja pesquisadores em Ciência da Informação, que se interessam pela temática de políticas públicas do livro e leitura, a refletirem, ponderarem, caracterizarem e proporem práticas inovadoras em promoção da leitura no Brasil que tenham como pano de fundo o ideal de educação de qualidade no mote do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. Desenvolvimento sustentável. In: BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável**: das origens à Agenda 2030. Petrópolis: Vozes, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOCCANFUSO, D.; LAROUCHE, A.; TRANDAFIR, M. Quality of higher education and the labor market in developing countries: evidence from an education reform in Senegal. **World Development**, v. 74, p. 412-424, 2015. DOI: 10.1016/j.worlddev.2015.05.007. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X15001163?via%3Dihub>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BOEREN, E. Understanding Sustainable Development Goal (SDG) 4 “quality education” from micro, meso and macro perspectives. **Internation Review of Education**, v. 65, p. 277-294, 2019. DOI: 10.1007/s11159-019-09772-7. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11159-019-09772-7>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF: MEC, MinC, 2006.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Aderências entre o ODS 4 e políticas públicas de leitura do Brasil e Chile. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019a, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019a. p. 1-9. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1034/495>. Acesso em: 20 mar. 2021

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e o ODS 4 da Agenda 2030: quais as convergências? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 340-358, 2019b. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1337/1189>. Acesso em: 17 mar. 2021.

CASTRO FILHO, C. M. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 355-372, set./dez. 2018. DOI: 10.20396/rdbci.v16i3.8650931. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650931>. Acesso: 25 mar. 2021.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANEVY, A. PNLL: um símbolo de mudança na política cultural. *In*: MARQUES NETO, J. C (org.). **PNLL: textos e histórias**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editorial, 2010. p. 137-138.

MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. **Estatística básica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Objetivo 4**: Educação de Qualidade, 2021. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/4/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

UNITED NATIONS (UN). **Quality education: why it matters**, 2017. Disponível em: https://www.un.org/sustainabledevelopment/wp-content/uploads/2017/02/ENGLISH_Why_it_Matters_Goal_4_QualityEducation.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.